

Protocolo



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Estado de Minas Gerais

RECIBO

Inscrição

0061714/2022

Setor/Quadra/Lote/SubLote

Data: 12/09/2022 15:47:04

Impressão: 12/09/2022 15:53:41

Requerente: 000279300 - VINICIUS FERREIRA DE MENEZES

CNPJ: 34.985.532/0001-47

Endereço: AVENIDA DOS MUNDINS, 417

Documentos Solicitados

060852/018 - Geral: ENCAMINHA DOCUMENTOS

ENCAMINHA OFÍCIO REF. A APRESENTA CONTRARAZÕES/DEFESA À IMPUGNAÇÃO REF. AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/22, TP Nº 06/22. SETOR DELICITAÇÃO.

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE
DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO -
MG**

Processo. Nº 108/2022 Tomada de Preços nº 06/2022

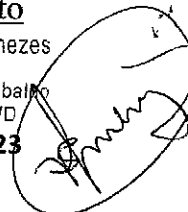
VINICIUS FERREIRA DE MENEZES - ME, CNPJ Nº 34.985.532/0001-47, com sede na Avenida dos Mundins, 407, sala mesa 01, Centro na cidade de Monte Carmelo – MG, neste ato representada por seu proprietário Engº Vinicius Ferreira de Menezes, CPF nº 100.156.996-25, respeitosamente, vem apresentar suas **CONTRARRAZÕES/DEFESA À IMPUGNAÇÃO A SUA HABILITAÇÃO** apresentada pelas empresas **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP E CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP**, bem como apresentar **RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DAS EMPRESAS OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP E CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP** o que faz com base nos relevantes fatos e fundamentos expostos a seguir.

1 – RESUMO DAS IMPUGNAÇÕES CONTRA A IMPUGNADA

Trata-se o caso concreto de licitação para construção de UBS (Unidade Básica de Saúde) nesta cidade, no Bairro Jardim Oriente, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde.

A empresa Impugnada apresentou corretamente a integralidade dos documentos requeridos em edital, tendo sido devidamente habilitada em sessão pública. Ocorre que, teve sua habilitação contestada pelas empresas qualificadas acima, sob alegação de supostamente “*não possuir Capacidade Técnica-Operacional em GASES MEDICIAIS*” **(item 26.3.a.14)**. Alegam que a CAT apresentada a respeito dos gases medicinais seria de outra empresa.

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D
Página 1 de 23



No entanto, conforme melhor exposto abaixo, razão não assiste as impugnantes, devendo ser mantida a HABILITAÇÃO, da empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, no presente certame, por ser medida da mais lúdima justiça e coesão.

2 – DAS RAZÕES PARA MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA EMPRESA VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME

Preambularmente, sempre necessário considerar que a licitação é forma regular de contratação pelo ente público, onde deve buscar a municipalidade contemplar o máximo de concorrentes possíveis, a fim de garantir o melhor preço, bem como a lisura de seus atos.

No mesmo norte, à **Administração Pública**, ao contrário do particular, está limitada a fazer tão somente aquilo que está previsto em lei. Nesse sentido, deve o administrador público seguir como mandamento os princípios elencados no art. 37 da Constituição Federal, *in verbis*:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos **Municípios** obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

Nessa mesma linha de raciocínio, o edital de licitação é lei entre as partes, e vincula tanto a administração, quanto aos interessados na contratação apresentada.

No caso concreto, de fato consta a exigência da necessidade de apresentação de CAT referente à “gases medicinais” **(item 26.3.a.14)** do edital. Referido item foi devidamente cumprido pela **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, através de CAT idôneo de profissional pessoa física, habilitado, e com Declaração de Contratação Futura/Contrato de Prestação de Serviço devidamente assinada com firma reconhecida em cartório.

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

Explica-se. O Edital, lei entre as partes, descreve assim à respeito das formas de comprovação de aptidão técnicas:

26.6 - O responsável técnico acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente de pessoal da licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste Edital, o sócio, o administrador ou o diretor, o empregado e o prestador de serviços;

O Edital em comento, é elogiosamente bastante claro e bem redigido, deixando claro as condições para aceitação da CAT, quais sejam: **1 - Profissional legalmente habilitado; 2 – Engº Civil ou Arquiteto com registro no CREA ou CAU; 3 - Devendo o mesmo participar da obra; 4 - Pertencer ao quadro de funcionários permanente da empresa (podendo ser utilizada Declaração de Contratação Futura conforme previsto no edital).**

No mesmo norte, **o item 26.7 do edital é claro em estabelecer a forma de comprovação do vínculo profissional entre o titular da CAT e a empresa concorrente**, vejamos:

26.7 - A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia do Contrato social/estatuto social, da carteira de trabalho (CTPS), **do contrato de trabalho OU contrato de prestação de serviço, OU AINDA, de Declaração de Contratação Futura do Profissional.**

Necessário destacar a palavra/termo ‘OU’ e “OU AINDA” utilizada no edital, **tratando-se, portanto, de hipóteses ALTERNATIVAS e não cumulativas.** Assim, poderia o licitante apresentar CTPS OU CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OU DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA. Bastando no caso concreto, apenas uma das alternativas, o que foi devidamente cumprido pela VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME.

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.608/D

Dito isso, necessário reforçar que, ao contrário do argumentado pela Recorrente, **o Recorrido não apresentou CAT de outra empresa, e sim de profissional pessoa física com DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA** idônea e dentro dos termos do edital, portanto, a CAT pertence a Engenheiro vinculado a empresa nos termos do edital item 26.7 última e penúltima parte.

O profissional que firma a Declaração de Contratação Futura devidamente apresentada, e portador da CAT é o Sr. Engº Antônio Cavalcante Lins e Silva, pessoa física, inscrito no CPF/MF sob o n. 820.744.025-20, Graduado em Engenharia Civil, registrado no CREA.

Portanto, o Engº em comento, membro dos quadros da Recorrida e através de **DECLARAÇÃO DE CONTRATAÇÃO FUTURA** permitida em edital, e a própria VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME são cumpridores de todos os requisitos para aceitação da CAT apresentado referente “a gases medicinais”, não havendo qualquer ilegalidade na habilitação em comento.

E nem poderia ser diferente, a Resolução 1.025/2009 do CONFEA em seu art. 55, estabelece que: “*É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.*” Tratando-se de capacidade exclusiva dos engenheiros e arquitetos na sua pessoa física.

Nesse sentido inclusive assim tem se manifestado o Tribunal de Contas da União (TCU) :

“É irregular a exigência de que a atestação de capacidade técnico-operacional de empresa participante de certame licitatório seja registrada ou averbada junto ao Crea, uma vez que o art. 55 da Resolução-Confea 1.025/2009 veda a emissão de Certidão de Acervo Técnico (CAT) em nome de pessoa jurídica. A exigência de atestados registrados nas entidades profissionais competentes deve ser limitada à capacitação técnico-profissional, que diz respeito às pessoas

**físicas indicadas pelas empresas licitantes. Acórdão
1542/2021 - TCU-Plenário”**

Melhor explicando o tema, assim dispõe o TCU

“A qualificação técnica abrange tanto a experiência empresarial quanto a experiência dos profissionais que irão executar o serviço. A primeira seria a capacidade técnico-operacional, abrangendo atributos próprios da empresa, desenvolvidos a partir do desempenho da atividade empresarial com a conjugação de diferentes fatores econômicos e de uma pluralidade de pessoas. A segunda é denominada capacidade técnico-profissional, referindo-se à existência de profissionais com acervo técnico compatível com a obra ou serviço de engenharia a ser licitado. Acórdão 1332/2006-TCU-Plenário”

Com efeito, resta claro a subsunção do fato a norma, cumprindo a **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME** todos os requisitos legais quanto a CAT para “Gases Medicinais” nos termos previstos em edital.

Importante frisar que referido tema não é inédito à essa Comissão, que inclusive em recurso apresentada pela própria **CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP** em outra licitação (como regras de edital idênticas), decidiu pela improcedência da reclamação semelhante à apresentada no caso concreto, em decisão proferida ainda em 26/04/2022.

O Julgamento de caso similar se deu no processo 021/2022, Tomada de Preço 003/2022, envolvendo a própria Construtora Queiroz Parreira e Serval Construções Ltda, o qual segue em anexo.

Com efeito, **não resta presente qualquer justificativa lícita ou prevista em edital para cassar a habilitação já concedida a Recorrida**, bem como não há qualquer justificativa para mudança no posicionamento da MUNICIPALIDADE quanto ao tema, inclusive por seu histórico de julgados.

Por fim, os termos do edital estão em consonância com os melhores entendimentos reconhecidos pelo TCU, que permitem a apresentação de **“declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado.”**

Referido tema foi decidido no pelo TCU no Acórdão 1.446/2015/Plenário, tendo gerado precedente/enunciado a ser seguido por todos os órgãos públicos em suas licitações:

Vejamos interessante trecho do julgado:

“A comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste.”

Reitera-se que os termos do edital estão em perfeita consonância com o histórico de decisões do TCU, não havendo qualquer irregularidade com a CAT apresentada pela recorrida quanto “Gases Medicinais”.

No mesmo julgado ainda ficou estabelecido:

“É ilegal a exigência de que o responsável técnico conste de quadro permanente da licitante em momento anterior à data prevista para a entrega das propostas, nos termos do art. 30, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993.”

ISSO POSTO, resta evidente que a empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME** **cumpriu todos os requisitos para sua habilitação, incluindo no que diz respeito à “gases medicinais” (item 26.3.a.14), tendo apresentado CAT regular sobre o tema, de profissional pertencente ao quadro permanente da empresa através de Contrato de Prestação de Serviço/Declaração de Contratação Futura**, tudo isso nos termos dos itens

previstos nos termos do item 26 e alíneas, com destaque para as alíneas 26.6 e 26.7, e jurisprudência dos Tribunais de Contas, tudo devidamente descritos acima.

DESTA FEITA, a improcedência da reclamação em comento, mantendo *in totum* **A DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO** da empresa **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME** é medida da mais lúdima justiça e coesão.

3 – RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DA EMPRESA CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP – FALTA DE ASSINATURA DE CONTADOR NA DOCUMENTAÇÃO FINANCEIRA

Necessário primeiramente destacar que a Municipalidade deve agir sempre respeitando o princípio da legalidade, devendo fazer cumprir as normas previstas em seus editais.

Pois bem, uma das partes mais importantes do edital, a fim de dar segurança a administração pública, é quanto à capacidade e regularidade financeira do interessado na licitação.

Para tanto, a municipalidade dedicou uma parte importante das regras do edital com exigências e comprovação de aptidão e regularidade financeira.

Nesse sentido, a fim de dar lisura a documentação, o edital exigiu expressamente que as informações apresentadas fossem referendadas por profissional habilitado da área financeira, como contador por exemplo.

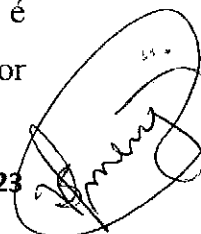
O item 25.4, com todas as suas alíneas, dizem respeito a “QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA”.

Para a comprovação quanto a qualificação para referidos itens, é exigido, **EXPRESSAMENTE**, que referidos documentos sejam assinados por contador ou outro profissional equivalente.



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

Página 7 de 23



“O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.”

Conforme dito, referida exigência não é frivolidade, a própria administração explica no edital, a motivação desta exigência:

“O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.”

Ocorre que, a empresa **CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP**, apresentou parte da documentação exigida no item 25.4 e alíneas com assinatura apenas de sócio proprietário, conforme **ANEXO A**.

Portanto, parte da documentação apresentada por referida empresa não tem aval/assinatura de profissional habilitado para dar validade a documentação apresentada.

Assim, a Recorrida empresa deixou de cumprir item importante do edital, não tendo dado as garantias e seguranças financeiras exigidas pela Municipalidade, as quais são exigidas em edital justamente para evitar ***“empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro”*** **TERMOS DO PRÓPRIO EDITAL**.

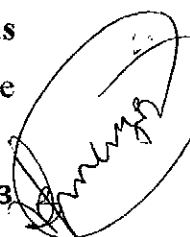
O descumprimento de tal item é claro e patente por parte da impugnada, desta feita, deve ser considerada inabilitada referida empresa, por não ter ela apresentado documento idôneo, com a devida assinatura de profissional responsável, a fim de dar garantias financeiras a municipalidade.

Pelos próprios termos do edital, **documentos relativos à garantias financeiras exigidas no item 25.4 e seguintes, sem a devida assinatura e**



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Instituto de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

Página 8 de 23



confirmação de profissional contábil ou equivalente, equipara-se a documento apócrifo, sem valor qualquer.

Ressalta-se que, todos os itens utilizados para **Índice de Liquidez Geral (LG) além de LC e GE**, e o próprio cálculo, necessitam de validação de profissional da área, sob pena de não terem sua validade reconhecida, nem mesmo sua idoneidade.


É como se fosse realizado uma auditoria sem auditor, como se o próprio dono da empresa tivesse se “auto auditado” o que é uma incoerência em si próprio.

Não pode a Municipalidade se arriscar com empresa que em outros termos diz “la garantira soy yo” como diz o ditado popular, sem relacionado, quando alguém faz uma promessa financeira que não se pode confiar.

Ressalta-se **nenhum profissional habilitado quis colocar sua credulidade em favor da CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP** referendando a integralidade de seus números e documentos, o que é razão mais que suficiente para sua inabilitação.

Seguindo a mesma linha argumentativa, o TCU também já se manifestou sobre o tema, ressaltando a necessidade do administrador afastar empresas desqualificadas do certamente, inclusive quanto a capacidade econômico-financeira:

“Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequada às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira **que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas desqualificadas do certame.** Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário”



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

ISSO POSTO, deve ser dado provimento ao presente Recurso, julgado procedente a presente, declarando **INABILITADA** a empresa **CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP**, por não ter apresentado a integralidade da documentação referente a condição financeira com a devida assinatura/confirmação/respaldo de contador/equivalente, conforme exigido nos itens 25.4 e seguintes, do edital.

4 – RAZÕES PARA INABILITAÇÃO DA EMPRESA OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP

4.1 – DA DIVERGÊNCIA À RESPEITO DO CAPITAL SOCIAL APRESENTADO

Consoante já dito no item anterior, e constante no próprio edital, as demonstrações financeiras de forma clara, regular, sem contradições são essenciais a segurança do certame, e do patrimônio da Municipalidade.

Repisa-se:

“O objetivo, portanto, é prevenir a Administração Pública para que empresas aventureiras e sem quaisquer responsabilidades ou respaldo financeiro, pudessem vir a participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não apresentassem capacidade para concluir o objeto da obrigação.”

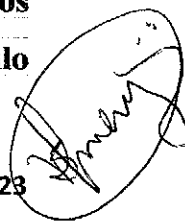
Portanto, referidos documentos devem estar com valores compatíveis e regulares entre si.

Inclusive o item 25.4 b.2, descreve assim:

b.2) - Se necessária a atualização do balanço e do capital social, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

Página 10 de 23



Ocorre que, entre os documentos apresentados pela OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP, **há clara divergência do Capital Social** apresentado entre os diversos documentos exigidos, conforme **apresentado no ANEXO B.**

Destaca-se, em determinado documento o capital social da empresa é descrito como sendo de **R\$ 350.000,00**, já em outro documento o capital social é declarado como sendo de **R\$ 180.000,00**.

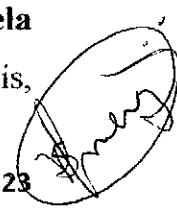
A diferença entre um valor e outro é de aproximadamente 90%, ou quase o dobro. Tratando-se de diferença relevante e que não pode ser ignorado.

Não obstante, referida empresa não apresentou atualização necessária do balanço e do capital social, persistindo referida inconsistência, o que não a torna idônea para seguir no certame.

Assim, a habilitação de referida empresa, com divergências e inconsistências no seu capital social e balanço, representa grave afronta ao edital, bem como risco para a administração pública, gerando ainda concorrência desleal aos demais participantes (**excetuando também a CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP que igualmente infringiu obrigações do item 25.4**), já que os demais interessados se esforçaram para comprovar todos os itens exigidos em edital.

Reforça-se que o edital ainda deu oportunidade para referida empresa apresentar atualização de balanço patrimonial e capital social, tendo a OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP, não buscando a correta regularização de sua documentação, devendo ela ser inabilitada a continuar no presente certame.

Ressalta-se inclusive que, **a divergência de capital social torna imprestável o Índice de Liquidez Geral (LG) além de LC e GE, apresentado pela empresa**, já que as premissas utilizadas no cálculo não são auditáveis/confiáveis,



devido as divergências de valores, além de tirar a idoneidade necessários da documentação.

ISSO POSTO, já nesse item, deve ser dado provimento ao presente Recurso Administrativo, declarando **INABILITADA** a empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, tendo em vista ela não ter apresentado documentação consistente quanto a qualificação financeira, estando com documentação contraditória quanto ao Capital Social da empresa, **tornando ainda inidôneo** quanto aos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE), estando a empresa em descumprimento dos itens 25.4.a, 25.4.b e 25.4.b2.

4.2 – DA FALTA DE CAT PARA “COBERTURAS E PROTEÇÕES (ESTRUTURA DE TRAMA DE AÇO COM TELHAS FIBROCIMENTO) DA EMPRESA”

No caso concreto o edital em seu item 26.3.a.5 descreve a necessidade de comprovação via CAT de *“Coberturas e Proteções, especificamente para estrutura de Trama de Aço com Telhas Fibrocimento”*.

O Edital foi bastante claro e descritivo das abrangências mínimas para aceitação da CAT, o mesmo é o mínimo e deve ser apresentado de forma CUMULATIVA.

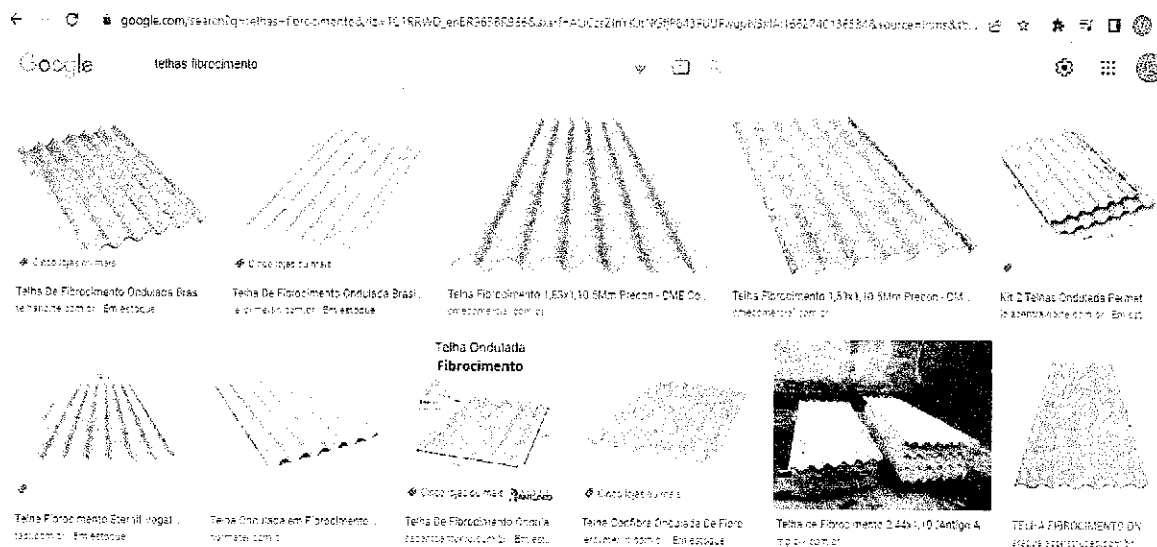
Ocorre que, a empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, apresentou CAT com cobertura apenas de telha cerâmica, o que por sua vez não inclui Telhas de Fibrocimento, conforme **ANEXO C**, *in verbis*:

05.01.01	Engradamento metálico para cobertura em telha cerâmica	m2	437,93
05.01.02	Cobertura em telha cerâmica	m2	437,93
05.01.03	CUMEEIRA COM TELHA CERAMICA EMBOCADA COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA)	m	22,50

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

O Edital foi claro e específico e não de forma aleatória quanto a necessidade de experiência via CAT específica quanto a utilização de TELHAS DE FIBROCIMENTO. Tivesse a municipalidade interesse em qualquer tipo de telhas o edital seria genérico quanto ao tema, ou sequer exigiria uma CAT específica.

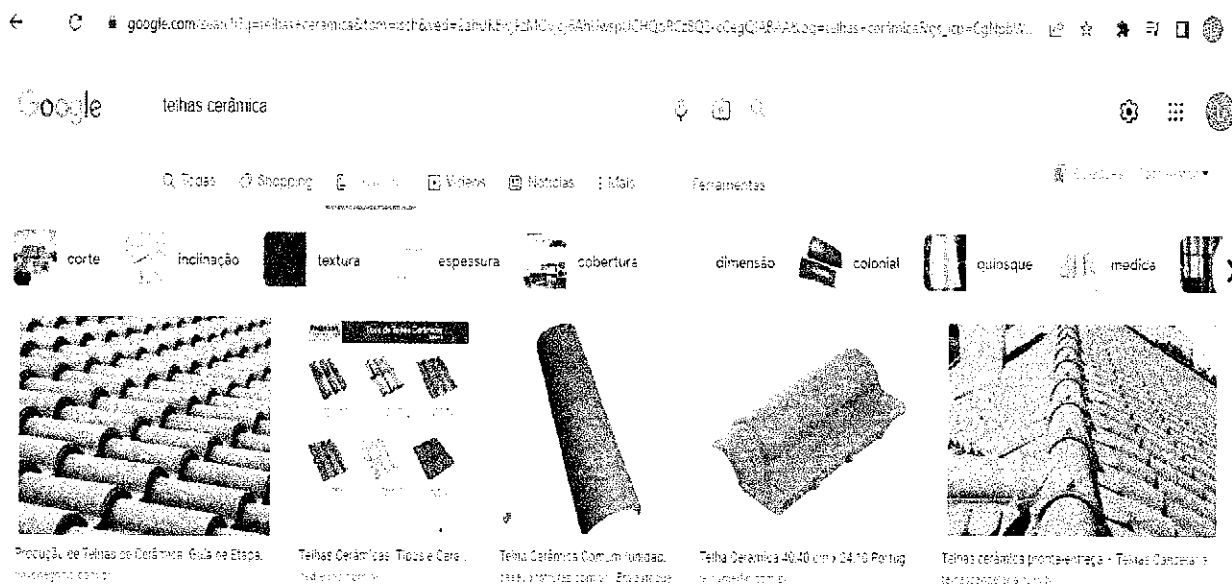
Conforme dito, a municipalidade somente pode fazer aquilo que está autorizado, e o edital autoriza a habilitação apenas com apresentação de CAT para telha de fibrocimento. Uma rápida consulta ao Google já é suficiente para averiguar as diferenças entre telhas de cerâmica e telhas de fibrocimento. Fibrocimento¹:



¹ Disponível em:

https://www.google.com/search?q=telhas+fibrocimento&rlz=1C1RRWD_enBR965BR966&sxsrf=ALiCzsZInYKJtNGfjP843FUUFwujJN3kIA:1662740136534&source=inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwi5jMTZjYj6AhWFqpUCHZPSBIwQ_AUoAnoECAMQBA&biw=1366&bih=657&dpr=1 Acessado em 09/09/2022, às 13:19 h.

Telhas cerâmicas²:



De modo geral, o que inclusive é de conhecimento geral na cidade que já foi famosa como capital da telha (telha cerâmica) uma é feita através da queima do barro vermelho, a outra, por sua vez, como o próprio nome diz, é fibrocimento, o que gera mudanças no peso, na forma, entre outras diversas diferenças.

Claramente, referidos tipos de telhas tem formato, peso, composição, forma de instalação e exigência de estruturas de sustentação completamente diferentes, portanto, não são equiparáveis entre si, não servindo a CAT de uma para a outra.

Repisa-se, não por acaso o edital foi específico e descritivo, exigindo CAT de *“Coberturas e Proteções, especificamente para estrutura de Trama de Aço com Telhas Fibrocimento”*.

² Disponível em:

https://www.google.com/search?q=telhas+cer%C3%A2mica&tbn=isch&ved=2ahUKewjFzMOvjoj6AhUwspUCHQoRCz8Q2-cCegQIABAA&oq=telhas+cer%C3%A2mica&gs_lcp=CgNpbWcQAZlFCAAQgAQyBQgAEIAEMgUIABCABDIGCAAQHhAFMgYIABAEAUvBgAEb4QBTIGCAAQHhAIMgYIABAEAGvBAGAEb4yBggAEb4QBTtoECCMIQJzoGCAAQHhAHUOsHWOCpYLUQaABwAHgAgAGgAYgBygeSAQMwLjIYAQCgAQGgAQtnD3MtdZl6LWltZ8ABAQ&scien t=img&ei=XGcbY8WuNbDk1sQPiqKs-AM&bih=657&biw=1366&rlz=1C1RRWD_enBR965BR966 Acessado em: 09/09/2022 às 13:23 h.

ISSO POSTO, também nesse ponto deve ser dado provimento ao presente recurso, julgando totalmente procedente, e declarando por conseguinte a **INABILITAÇÃO** da empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, também por descumprimento da exigência técnica CAT quanto experiência em *“Coberturas e Proteções, especificamente para estrutura de Trama de Aço com Telhas Fibrocimento”* descritas na parte final do item 26.3.a.5.

4.3 DA FALTA DA CAT REFERENTE A PISO ESPECIFICADO NO FICHA TÉCNICA

No caso concreto, o edital exige das empresas interessadas no certame o no item 26.3.a.6, exige experiência em *“Pisos, Rodapés e Revestimentos, Forro e Pavimentação”*

Por sua vez, a ficha técnica é claro em descrever a necessidade de experiência em piso e pavimentação intertravado. No entanto, assim está estabelecido as CAT's da **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, a respeito do item em comento:

PAVIMENTAÇÃO				
6.1	COTAÇÃO	EXECUÇÃO COMPLETA DO REFORÇO DA BASE E SUBLEITO COM BISSIBRITA GRADUADA SIMPLES / TRANSPORTE E FORNECIMENTO	m3	41,00
6.2	DISPENSAR	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO.	m3	41,00
6.3	COTAÇÃO	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ARMADO COM MALHA DE AÇO	m3	111,00

Com efeito, claramente, as CAT's do Recorrido não tem qualquer relação com o exigido no edital em complemento ao exigido e explicitado na ficha técnica e planilha de exigências e preços que dão razão a obra.

A parte de pavimentação representa importantes valores sendo o piso intertravado o de segundo maior valor e claramente de alta relevância técnico/financeiro naquela planilha. vejamos:

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG 184.609/D

Item	Fonte	Código	Descrição	Unidade	Quantidade	Custo Unitário (sem BDI) (R\$)	BDI (%)	Preço Unitário (com BDI) (R\$)	Preço Total (R\$)	
CONSTRUÇÃO DE LUBS NO LITORAL NOROCCIDENTAL DO MUNICÍPIO DE MONTE CARMELO/MG										
112.2.	SETOP	ED-13287	CANADA DE REGULARIZAÇÃO COM ARGAMASSA, TRACO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ESP. 20MM, APLICAÇÃO MANUAL, PREPARO MECÂNICO	M2	351,80	27,04	BDI 1	34,51	15.685,15	RA
112.3	SINAPI	4786	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA, AGREGADO COR PRETO, CINZA, PALHA OU BRANCO, E= 18" MM (INCLUSO EXECUÇÃO)	M2	427,00	79,00	BDI 1	100,84	43.056,68	RA
112.4.	SETOP	PIS-MIT-025	LIMPEZA E POLIMENTO DE PISO GRANILITE/MARMORITE, EXCLUSIVE RESINA	M2	427,00	24,32	BDI 1	31,04	13.254,08	RA
112.5.	SETOP	REV-POR-012	REVESTIMENTO COM PORCELANATO APLICADO EM PISO, ACABAMENTO POLIDO, AMBIENTE INTERNO, PADRÃO EXTRA, BORDA RETIFICADA, DIMENSÃO DA PEÇA (60X60CM), ASSENTAMENTO COM ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA, INCLUSIVE REJUNTAMENTO	M2	27,80	93,72	BDI 1	119,62	3.325,44	RA
112.6.	SETOP	ROD-MIT-021	RODAPÉ EM GRANILITE/MARMORITE, ACABAMENTO POLIDO, COR BRANCA, ALTURA 10CM, INCLUSIVE POLIMENTO	M	455,43	41,13	BDI 1	52,50	23.610,08	RA
112.7.	SINAPI	92432	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INDUSTRIALIZADO, COM BLOCO 16 FACES DE 22 X 11 CM, ESPESSURA EM 10/12/15	M2	426,81	61,23	BDI 1	78,15	33.511,50	RA
112.8.	SINAPI	91277	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 60X60X25 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTURA), PARA URBANIZAÇÃO INTERNA DE EMPREENDIMENTOS. IAF 06/2016	M	124,68	44,10	BDI 1	56,29	7.018,24	RA

No mesmo norte, o piso em granilite é o de maior valor, sendo que as CAT's do Recorrido não contemplam parte importante dos itens citados na planilha, não cumprindo de forma completa referida empresa o CAT referente a pavimentação, não podendo o mesmo ser habilitado também nesse ponto.

Tudo isso conforme comprovado em anexo C, bem como por toda documentação apresentada pela empresa que já está em posse da licitante.

ISSO POSTO, o Recorrido também não cumpre todos os requisitos referente ao item 26.3.a.6 "*Pisos, Rodapés e Revestimentos, Forro e Pavimentação*", deve ser dado provimento ao presente recurso, julgando totalmente procedente, e declarando por conseguinte a **INABILITAÇÃO** da empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**.

5 – DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Ante o exposto, requer que se digne essa Respeitável Comissão, bem como membros da Procuradoria Geral do Município a:

I – Julgar improcedente os recursos apresentados pelas empresas OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP E CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP, quanto a inabilitação da empresa VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME, MANTENDO A MESMA DEVIDAMENTE HABILITADA, por ela cumprir todos os requisitos vertentes no edital, incluindo quanto ao item **26.3.a.14** referente a "Gases Medicinais" através de CAT idôneo e completo quanto o tema.

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

II – Julgar procedente o recurso apresentado pela **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, declarando **INABILITADA** a empresa **CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP**, por não ter ela apresentado a integralidade da documentação referente a condição financeira com a devida assinatura/confirmação/respaldo de contador/equivalente, conforme exigido nos itens 25.4 e seguintes, do edital, **tornando ela ainda INIDÔNEO quanto aos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE)**, estando a empresa em descumprimento dos itens **25.4.a, 25.4.b e 25.4.b2**, já que, conforme comprovado, não estão referendados por profissional habilitado, tratando-se de mera declaração unilateral da própria interessada.

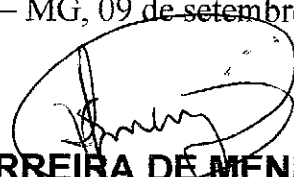
III - Julgar procedente o recurso apresentado pela **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, declarando **INABILITADA** a empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, tendo em vista ela não ter apresentado documentação consistente quanto a qualificação financeira, estando com documentação contraditória quanto ao Capital Social da empresa, **tornando ainda INIDÔNEO quanto aos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Grau de Endividamento (GE)**, estando a empresa em descumprimento dos itens **25.4.a, 25.4.b e 25.4.b2**.

IV – Julgar igualmente procedente o presente recurso apresentado pela **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, declarando **INABILITADA** a empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, também quanto ao descumprimento da exigência técnica CAT quanto experiência em ***“Coberturas e Proteções, especificamente para estrutura de Trama de Aço com Telhas Fibrocimento”*** descritas no item 26.3.a.5.

V – Julgar igualmente procedente o presente recurso apresentado pela **VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME**, declarando **INABILITADA** a empresa **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP**, também quanto ao descumprimento da exigência técnica CAT quanto experiência referente ao item 26.3.a.6 ***“Pisos, Rodapés e Revestimentos, Forro e Pavimentação”***.

Nestes termos, pede deferimento.

Monte Carmelo – MG, 09 de setembro de 2022


Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

VINICIUS FERREIRA DE MENEZES – ME
VINICIUS FERREIRA DE MENEZES
PROPRIETÁRIO


LEOCARLOS DIAS FRANÇA

OAB/MG 151.371

ANEXO A - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EMPRESA
CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA EPP COM FALTA DE
ASSINATURA DO CONTADOR

Pág. 0001

Dezembro / 2.021

A TIVO CIRCULANTE	R\$ 3.013.826,70
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	R\$ 0,00
ATIVO PERMANENTE	R\$ 919.276,77
COMPENSAÇÕES ATIVAS	R\$ 0,00
TOTAL DO ATIVO	R\$ 3.933.103,47

PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 601.526,09
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 819.221,54
PATRIMONIO LIQUIDO	R\$ 2.512.355,84
COMPENSAÇÕES PASSIVAS	R\$ 0,00
TOTAL DO PASSIVO	R\$ 3.933.103,47

IND. LIQUIDEZ CORRENTE	ATIVO CIRCULANTE = PASSIVO CIRCULANTE	R\$ 3.013.826,70 R\$ 601.526,09	5,01
IND. LIQUIDEZ GERAL	ATIVO CIRC.+ REALIZÁVEL A LONGO PRAZO = PASSIVO CIRC.+PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 3.013.826,70 R\$ 1.420.747,63	2,12
SOLVENCIA GERAL	ATIVO TOTAL = PASSIVO CIRC. + PASSIVO NÃO CIRCULANTE	R\$ 3.933.103,47 R\$ 1.420.747,63	2,77
IND. DE ENDIVIDAMENTO	PASSIVO CIRC. + PASSIVO NÃO CIRCULANTE ATIVO TOTAL	R\$ 1.420.747,63 R\$ 3.933.103,47	0,36

PATROCÍNIO-MG., 31-12-2021

CONSTRUTORA OLIVEIRA PARREIRA LTDA
EPP
SWONE QUEIROZ PARREIRA
CE 2468623 - SSP DE / CPF- 874.880.001-53
SOCIA ADMINISTRADORA

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/ MG - 184.609/D

ANEXO B – DIVERGÊNCIAS NO CAPITAL SOCIAL APRESENTADOS PELA EMPRESA OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP



valor unitário das quotas de capital será indivisível. As quotas de capital devidamente integralizadas em moeda corrente do País, no ato do presente instrumento, acham-se assim distribuídas entre os(as) sócios(as) cotistas:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR TOTAL
GERALDO SILVIO DE OLIVEIRA – 50%	175.000 quotas	R\$ 175.000,00
KATHILA FLETCHER CAMARGOS FRANCO – 50%	175.000 quotas	R\$ 175.000,00
TOTAL	350.000 quotas	R\$ 350.000,00

CLÁUSULA SEXTA

As quotas de capital social são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do(a)s outro(a)s sócio(a)s, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição, se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente. A responsabilidade de cada sócio(a) é restrita ao valor de suas quotas de capital, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA SÉTIMA

A Administração da sociedade caberá aos sócios GERALDO SILVIO DE OLIVEIRA e KATHILA FLETCHER CAMARGOS FRANCO, com poder e atribuição de Sócios-Administradores; autorizado o uso do nome empresarial, representará individualmente ou em conjunto em todos os atos da sociedade sendo vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos(as) cotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do(a)s outro(a)s sócio(a)s, e terá(ão) uma remuneração fixada em reunião.

CLÁUSULA OITAVA

O(A)s administrador(a)(es) declara(m) sob as penas da lei que não está(ão) impedido(a)(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA NONA

É vedado a qualquer um(a) do(a)s sócio(a)s servir-se da denominação social em negócios de qualquer natureza estranhos ou alheios aos fins sociais, principalmente para fiança ou caução, aval ou endosso, ou ainda na prática de quaisquer atos de natureza semelhante, com risco para a sociedade, sob pena de NULIDADE dos mesmos.

CLÁUSULA DÉCIMA

A 31 de Dezembro de cada ano, o(a)s Administrador(a)(s)(es) prestará(ão) contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do Balanço Patrimonial e do Balanço de Resultado Econômico, cabendo ao(a)s sócio(a)s, na proporção de suas quotas, os lucros ou perdas apuradas. Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, o(a)s sócio(a)s deliberará(rão) sobre as contas e designarão administrador(es) quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Na Retirada de um(a) do(a)s sócio(a)s, deverá ser levantado um Balanço Patrimonial e levados os haveres ou prejuízos em contas próprias. As contas do Ativo Permanente deverão ter o seu valor corrigido e depreciado conforme legislação vigente, para que se apure o valor real das cotas de capital. O pagamento das cotas de capital ao(a)s sócio(a)s cedente(s) será feito conforme acordo ou por decisão Arbitral ou mesmo Judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

O Falecimento ou Interdição de qualquer do(a)s sócio(a)s não dissolverá a sociedade, mas esta prosseguirá com o incapaz, herdeiros e sucessores, os quais deverão nomear entre si e o(a)s sócio(a)s remanescente(s), aquele que os representará na sociedade, vedado, entretanto a esse representante o uso da denominação social e direito a cargo de gerência ou administração, senão por consentimento do(a)s sócio(a)s remanescente(s).

Rua Centenário nº 411 - Bairro Santa Marta
Uberaba-MG / CEP: 38061-470
PABX: (34) 3479-5729

www.assessorizeconsultoria.com.br
assessorizeconsultoria@gmail.com



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico o registro sob o nº 9550336 em 26/08/2022 da Empresa OLIVEIRA FRANCO SOLUCOES EM ENGENHARIA LTDA, Nire 31212654662 a protocolo 224310674 - 25/08/2022. Autenticação: 6D6EF8FF8373AC5CD68D423A824E5AF1D1ED773. Marinely de Paula Bornfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 22/431.067-4 e o código de segurança CDuP. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/08/2022 por Marinely de Paula Bornfim - Secretária-Geral.

Carlos Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Orgão de Segurança do Trabalho
PREA/MG - 184.609/D

pág. 5/9



CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO
PESSOA JURÍDICA
Lei Federal Nº 5194 de 24 de Dezembro de 1966

CREA-MG

Nº 2921187/2022
Emissão: 30/05/2022
Validade: 31/03/2023
Chave: B4913

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais

CERTIFICAMOS que a Empresa mencionada e seus responsáveis técnicos listados encontram-se registrados neste Conselho, nos Termos da Lei 5.194/66, conforme os dados impressos nesta certidão. CERTIFICAMOS, ainda, que a Empresa e seus responsáveis técnicos listados não se encontram em débito com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG, estando a Empresa habilitada a exercer suas atividades, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(veis) técnico(s).

Interessado(a)

Empresa: **OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA**

CNPJ: 44.180.474/0001-38

Registro: 0901111159

Categoria: Matriz

Capital Social: R\$ 180.000,00

Data do Capital: 09/11/2021

Faixa: Z

Objetivo Social Pleno: SERVIÇOS DE ENGENHARIA, DESENHO TÉCNICO RELACIONADOS A ARQUITETURA E ENGENHARIA, CARTOGRAFIA, TOPOGRAFIA E GEODÉSIA, CONSTRUÇÃO DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE ESGOTO E CONSTRUÇÕES CORRELATAS, INCLUINDO OBRAS DE IRRIGAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS E OUTRAS OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL, ALÉM DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO.

Objetivo Social Restrito as Atividades Profissionais Fiscalizadas pelo Sistema Confea/CREA:

Endereço Matriz: RUA HEMATITA, 260, APTº 101, JARDIM BOTÂNICO II, UBERLÂNDIA, MG, 38411636

Tipo de Registro: REGISTRO DEFINITIVO DE EMPRESA

Data Inicial: 24/02/2022

Data Final: Indefinido

Registro Regional: 0900111168DDMG

Descrição

CERTIDÃO DE REGISTRO E QUITAÇÃO PESSOA JURÍDICA

Informações / Notas

- A capacidade técnico-profissional da empresa é comprovada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais constantes de seu quadro técnico.
- Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos

Última Anuidade Paga

Ano: 2022 (1/1)

Autos de Infração

Nada consta

Responsáveis Técnicos

Profissional: **LUIZ HENRIQUE FERREIRA DE ATHAYDES**

Registro: 1403307180

CPF: 713.479.686-87

Data Início: 19/04/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO CIVIL

Atribuição: ARTIGO 7 DA RESOLUÇÃO 218 DE 29.08.73, DO CONFEA ARTIGO 28 E ALÍNEAS B,C,D DO ARTIGO 29 DO DECRETO FEDERAL 23.569 DE 11.12.1933. ARTIGO 4 DA RESOLUÇÃO 359 DE 31.07.91, DO CONFEA

ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Atribuição: Artigo 4º da Resolução 359/91

Tipo de Responsabilidade: RESPONSÁVEL TÉCNICO

Profissional: **MARCELO COSTA DE ARAÚJO**

Registro: 1407605348

CPF: 044.614.406-13

Data Início: 18/03/2022

Data Fim: Indefinido

Data Fim de Contrato: Indefinido

Títulos do Profissional:

ENGENHEIRO QUÍMICO

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <https://crea-mg.sifac.com.br/pc-bfical>, com a chave: B4913
Impresso em: 30/05/2022 às 15:34:21 por: adapt, ip: 189.37.73.0



Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D

ANEXO C – CAT APRESENTADA PELA EMPRESA OLIVEIRA FRANCO SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP – FALTA DE PISO INTERTRAVADO



Primeiro Serviço Notarial
Maria Lúcia Faleiros Porto e Silva - Tab. Interina
Monte Carmelo - Minas Gerais

4.7	98580/SINAPI	PISO CIMENTADO, TRAÇO 1:3 (CIMENTO E AREIA), ACABAMENTO LISO, ESPESSURA 3,0 CM, PREPARO MECÂNICO DA ARGAMASSA. AF_06/2018	m2	121,00
4.8	87246 / SINAPI	REVESTIMENTO CERÂMICO PARA PISO COM PLACA TIPO ESMALTADA EXTRA COM DIMENSÕES 15X35 CM APLICADA EM AMBIENTES DE ÁREA MENOR QUE 5M2 AF_06/2014 (INCLUSO RODAPÉ)	M2	49,00
4.9	72815/SINAPI	APLICAÇÃO DE TINTA A BASE DE EPOXI	m2	121,00
4.10	94995/SINAPI	EXECUÇÃO DE PASSEIO (CALÇADA) OU PISO DE CONCRETO COM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, USINADO, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO. AF_07/2016	m2	302,00
4.11	73665/SINAPI	ESCADA TIPO MARINHEIRO EM AÇO CA-50 9,52MM INCLUSO PINTURA COM FUNDO ANTICORROSIVO TIPO ZARCAO	m	3,50
4.12	99839/SINAPI	GUARDA-CORPO DE AÇO GALVANIZADO DE 1,10M DE ALTURA, MONTANTES TUBULARES DE 1.1/27 ESPAÇADOS DE 1,20M, TRAVESSA SUPERIOR DE 27, GRADIL FORMADO POR BARRAS CHATAS EM FERR	m	35,00
4.13	11587/SINAPI	FORRO EM PLACA DE GESSO PRÉ MOLDADA LISO, ESPESSURA CENTRAL 12MM E NAS BORDAS 30MM, PLACAS 60X60CM, BISOLTADO, INCLUSO ESTRUTURA DE MADEIRA	M2	49,00
5		ASSENTAMENTO		
5.1	83659/SINAPI	BOCA DE LOBO EM ALVENARIA TIPO MACICO, REVESTIDA C/ ARGAMASSA DE CIMENTO E AREIA 1:3, SOBRE LASTRO DE CONCRETO 10CM E TAMPA DE CONCRETO ARMADO	und	2,00
5.2	94282/SINAPI	EXECUÇÃO DE SARIETA DE CONCRETO USINADO, MOLDADA IN LOCO EM TRECHO CURVO, 30 CM BASE X 15 CM ALTURA. AF_06/2016	m	199,00
5.3	94275/SINAPI	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRÉ-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM (COMPRIMENTO X BASE INFERIOR X BASE SUPERIOR X ALTUR	m	199,00
5.4	COTAÇÃO	ASSENTAMENTO DE GRELHA PARA DRENAGEM PLUVIAL	m	10,00
5.5	COTAÇÃO	RECUPERAÇÃO DE ESTRUTURAS DO PASSEIO E FACHADA (MURO)	ML	320,00
6		PAVIMENTAÇÃO		
6.1	COTAÇÃO	EXECUÇÃO COMPLETA DO REFORÇO DA BASE E SUBLEITO COM BGS (BRITA GRADUADA SIMPLES) / TRANSPORTE E FORNECIMENTO	m3	41,00
6.2	95995/SINAPI	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO,	m3	41,00
6.3	COTAÇÃO	CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO ARMADO COM MALHA DE AÇO	m2	111,00
7		DRENAGEM PLUVIAL / REDE DE ESGOTO		
7.1	96527/SINAPI	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA PARA VIGA BALDRAME, COM PREVISÃO DE FÔRMA. AF_06/2017	m3	11,00
7.2	COMPOSIÇÃO	ESCORAMENTO DE VALA TIPO DESCONTINUO EMPREGANDO PRANCHAS E LONGARINAS DE PERoba	m2	375,00
7.3	COMPOSIÇÃO	ESGOTAMENTO COM BOMBA ELÉTRICA DE IMERSÃO POTÊNCIA DE 1,2KW ATÉ 8,00 M DE PROFUNDIDADE	vb	1,00
7.4	COMPOSIÇÃO	APILOAMENTO DO FUNDO DE VALAS COM SOQUETE	m	250,00
7.5	COMPOSIÇÃO	ENROCAMENTO COM PEDRA DE MÃO JOGADA, INCLUSIVE FORNECIMENTO	m3	25,00
7.6	COMPOSIÇÃO	FORNECIMENTO E LANÇAMENTO DE BRITA COM DREND	m3	25,00

AFENOMENAL MONTAGENS E INSTALAÇÕES ELÉTRICAS
CNPJ: 28.050.054/0001-80

Conjunto Habitacional Wilsina Barbosa de Araújo – CEP 75.520-525 - ITUMBIARA/GO
diretoriaismael@gmail.com
TELEFONE comercial: (54) 9677-3584

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D

ANEXO C – CAT APRESENTADA PELA EMPRESA OLIVEIRA FRANCO
SOLUÇÕES EM ENGENHARIA EPP – FALTA DE ESTRUTURA DE
TRAMA DE AÇO COM TELHAS DE FIBROCIMENTO



05.01.01	Engradamento metalico para cobertura em telha ceramica	m2	437,93
05.01.02	Cobertura em telha ceramica	m2	437,93
05.01.03	CUMEEIRA COM TELHA CERAMICA EMBOCADA COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL HIDRATADA E AREIA)	m	22,50
05.01.04	CALHA EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 50CM	m	54,15
05.01.05	RUFO EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO N.24, DESENVOLVIMENTO 33CM	m	48,55
05.01.06	Cobertura em policarbonato (conforme projeto Planta Pavimento Superior na área de iluminação Zenital e laje impermeabilizada (1,50x6,40) e área ao lado sala admin (1,50x6,12))	m2	18,78
05.02	Forros		
05.02.01	FORRO EM PLACA DE GESSO PRE-MOLDADA LISO, ESPESSURA CENTRAL 12MM E NAS BORDAS 30MM, PLACAS 60X60CM, BISOTADO, INCLUSO ESTRUTURA DE MADEIRA	m2	195,72
06	ESQUADRIAS E SERRALHERIAS		
06.01	Esquadrias de madeira		
06.01.01	P1-60x210cm, inclusive marco e alizar	un	12,00
06.01.02	P2-70x210cm, inclusive marco e alizar	un	15,00
06.01.03	P3-80x210cm, inclusive marco e alizar	un	19,00
06.01.04	P4-100x210cm, inclusive marco e alizar (apesar da medida no mercado a equivalência de valor com o código 68673-11)	un	11,00
06.01.05	PM6-120x210cm, inclusive marco e alizar	un	1,00
06.01.06	PM12-300x210cm, inclusive marco e alizar(As dimensões da esquadria referida não se encontra no SINAPI, afim de chegar no valor de referência utilizamos o preço do m2 da PM6 que se encontra no SINAPI conforme item acima e calculamos com suas dimensões)(R\$383,72/(1,20*2,10)=R\$152,27/m2) (R\$152,27*3,00x2,10)=959,30)	un	1,00
06.02	Esquadrias de ferro		

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

PARECER JURÍDICO

Processo: 021/2022
Tomada de Preços 003/2022
Referência: Recurso contra habilitação
Recorrentes: Construtora Queiroz Parreira Ltda
Recorrida: Seval Construções Ltda - ME

Monte Carmelo, 26 de abril de 2022.

I - RELATÓRIO

Trata-se de Parecer Jurídico relativo ao Recurso Administrativo apresentado por **Construtora Queiroz Parreira LTDA** contra sua inabilitação e a habilitação da Licitante **Seval Construções LTDA** nos autos do Processo Licitatório 021/2022, na modalidade Tomada de Preços 003/2022, que tem por objeto a *“contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção da Casa Lar, solicitado pela Secretaria Municipal de Inclusão Social de Monte Carmelo – MG.”*

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

Em suma, sustenta a Recorrente que:

- 1- possui qualificação técnica com aptidão para serviços semelhantes, conforme documentação juntada aos autos; e
- 2- a Recorrida Seval Construções Ltda deixou de comprovar sua qualificação técnico-operacional, pois não possui atestado de piso de borracha.

Aduz a Recorrente que a administração pública deve pautar-se aos princípios da legalidade e moralidade, a motivação, a isonomia, a imparcialidade, presentes no art. 37 da CRFB/88, além de outros implícitos, como a boa-fé e probidade que lhes são próprios, aplicáveis às licitações e contratos administrativos como disposto no art. 3º da Lei 8.666/93.

Segundo a Recorrente, a exigência de ordem técnica deve comprovar regularmente o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características similares, de complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes ao objeto licitado.

Afirma que serviços de características semelhantes não se confunde à ideia de idêntico, mas sim que possibilita a mesma funcionalidade à qual se destina, permitindo também a ampla concorrência entre os licitantes.

Diante disso, insurge-se contra sua inabilitação por decisão da comissão de licitação que, a princípio, entendeu que a Recorrente não atendeu às exigências do Edital quanto aos atestados de qualificação técnica, pois o atestado apresentado seria incompatível com o solicitado no item 26.3, letra “a”, a saber: “Piso de Borracha Reciclável Monolítico Colorido Espessura mínima 4cm, para playground”, item esse que corresponde a 1,36% do valor total da obra.

Vinícius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

Sustenta a Recorrente que teria apresentado atestado de capacidade técnica que cumpria a exigência, contemplando o seguinte item: Piso Emborrachado Ultra Impact, espessura 40mm, em quantitativo executado de 43,36m², sendo esse objeto semelhante e de mesma funcionalidade requisitado em Edital, mas apenas e tão-somente de nomenclatura diferente.

A Recorrente sustenta, também, que o atestado de capacidade técnica da Licitante Recorrida, Seval Construções Ltda, não atende ao item 26.8 do Edital, uma vez que é apresentado atestado somente do profissional RT e não da empresa licitante, de forma que esse documento não comprova a execução por parte a empresa de piso de borracha, mas somente a execução por seu Responsável Técnico.

Sustenta, ainda, o Recorrente que a empresa Seval e não apenas seu corpo técnico devem ter a comprovação e aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Diante do exposto, requer o processamento e provimento do recurso, com: a) sua habilitação para participação na próxima fase do certame, e; b) a inabilitação da empresa Seval Construções Ltda.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

Segundo se extrai do Edital que rege o presente certame, o Licitante poderá interpor recurso no prazo de 05 (cinco) dias, senão vejamos:

SEÇÃO XVII – DO DIREITO DE PETIÇÃO

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.809/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

88 - Observado o disposto no art. 109 da Lei nº. 8.666/93, o licitante poderá apresentar recurso ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos de habilitação ou inhabilitação, julgamento das propostas, anulação ou revogação desta Tomada de Preços.

O art. 109 da Lei 8.666/93 assim estabelece:

Art. 109 Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

a) habilitação ou inhabilitação do licitante;

[...]

Portanto, verifica-se que o recurso foi interposto tempestivamente, posto que a habilitação/inabilitação ocorreu em 25/02/2022 (sexta-feira); por sua vez, o Decreto Municipal nº 2514, de 15 de fevereiro de 2022, estabeleceu como dias de ponto facultativo 28 de fevereiro de 2022 (segunda-feira) e 01 de março de 2022 (terça-feira); portanto, o recurso foi interposto no último dia do prazo, em 08/03/2022.

Passamos ao mérito.

III - DO MÉRITO

III. 1 - DA INABILITAÇÃO DA LICITANTE CONSTRUTORA QUEIROZ PARREIRA LTDA - ATESTADO QUE NÃO GUARDA RELAÇÃO COM O OBJETO LICITADO

Vinícius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

A licitante Queiroz Parreira LTDA sustenta que foi indevidamente inabilitada uma vez que o atestado de capacidade técnica que apresentou guarda relação com o exigido no Edital, posto que a exigência de ordem técnica deve comprovar regularmente o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características similares, de complexidade tecnológicas e operacionais equivalentes ao objeto licitado.

Com isso, afirma a Recorrente que serviços de características semelhantes não se confundem à ideia de idêntico, mas sim que possibilita a mesma funcionalidade à qual se destina, permitindo, também, a ampla concorrência entre os licitantes.

Diante disso, afirma que foi inabilitada por decisão da comissão de licitação que, a princípio, entendeu que a Recorrente não atendeu às exigências do Edital quanto aos atestados de qualificação técnica, pois o atestado apresentado seria incompatível com o solicitado no item 26.3, letra “a”, a saber: “Piso de Borracha Reciclável Monolítico Colorido Espessura mínima 4cm, para *playground*”, item esse que corresponde a 1,36% do valor total da obra.

Sustenta a Recorrente que teria apresentado atestado de capacidade técnica que cumpria a exigência contemplando o seguinte item: Piso Emborrachado Ultra Impact, espessura 40mm, em quantitativo executado de 43,36m², objeto semelhante e de mesma funcionalidade ao requisitado em Edital, sendo somente de nomenclatura diferente.

Vejamos o que disciplina o Edital quanto à capacidade técnica:

26.3 - A capacitação técnica do profissional será atestada mediante a apresentação de Certidão (ões) de Acervo Técnico - (CAT) expedida (s) pela entidade profissional competente da região onde os serviços foram executados, que comprove a

Vinícius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA-MG 184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

execução de obra ou serviço de características semelhantes às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto deste Edital, em nome do Responsável Técnico. Conforme estabelece o § 2º do art. 30 da Lei Federal 8.666/1993, o Profissional deverá comprovar a execução dos seguintes tipos de serviços que correspondem às parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são:

a) Atestados de Construção civil, (construção de edifícios), contemplando os seguintes itens;

[...]

a.11) Piso de Borracha Reciclável Monolítico Colorida Espessura mínima 4cm, para Playground;

Compulsando-se os autos do processo licitatório, tem-se que os atestados de capacidade técnica apresentados pela licitante Construtora Queiroz Parreira Ltda não guardam relação com o exigido em Edital.

Acontece que se verificarmos o atestado apresentado pela Licitante Recorrente, resta demonstrada tão-somente a execução do serviço de “Piso Emborrachado Ultra Impact, Espessura 40mm”, o que, de fato, não é semelhante ou similar ao objeto do certame.

Segundo a Recorrente, ambos os serviços guardam estrita similaridade e funcionalidade a que se destinam, pois possuem os mesmos compostos (grânulos de borracha de pneu reciclado), possuindo, assim, total semelhança de execução ao requisitado em Edital, não devendo prosperar a inabilitação para prosseguir no presente certame.

Consta do sítio eletrônico do fabricante Ultra Impact que os pisos são fabricados de borracha reciclada e possuem tamanhos diferentes de 50 x 50 cm e de 100 x 100 cm, respectivamente. Assim, verifica-se que não se trata de uma execução de serviço de fabricação de piso no local, mas somente da

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG-184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

instalação de placas já prontas, que são confeccionadas em diferentes tamanhos.

Já o piso que é objeto do certame, piso de borracha reciclado monolítico, diferentemente do piso apresentado pelo Recorrente, é aquele moldado no local da obra, ou seja, fabricado e instalado diretamente no local, sem nenhuma emenda ou juntas, o que oferece um perfeito acabamento.

Ora, não se pode constatar a similaridade no atestado de capacidade técnica apresentado pela Recorrente, tendo em vista que monolítico significa algo que é ininterrupto, composto por uma peça e, portanto, não fragmentado, ou seja, deve ser feito diretamente no local, diferentemente do piso constante do atestado apresentado pela Recorrente, que trata-se de piso pré-fabricado e que demanda somente a instalação.

Dessa forma, não merece provimento a irresignação da Licitante Construtora Queiroz Parreira Ltda, em face do manifesto descumprimento do que exigia o item 26.3 “a 11” do Edital, no que diz respeito aos atestados de capacidade técnica, conforme alhures demonstrado.

III. 2 - DO IMPROVIMENTO QUANTO AO PEDIDO DE INABILITAÇÃO DA LICITANTE SEVAL CONSTRUÇÕES LTDA - DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO OPERACIONAL QUE GUARDAM RELAÇÃO COM O QUE DETERMINA O EDITAL

1 <https://rubberpisos.com.br/saiba-como-e-feito-o-piso-de-borracha-reciclada-sua-importancia-para-o-desenvolvimento-sustentavel-e-a-qualidade-do-produto/#:~:text=O%20piso%20de%20borracha%20reciclada%20da%20Rubber%20%C3%A9%20obtido%20atrav%C3%A9s,espessura%2C%20cor%20e%20outras%20especifica%C3%A7%C3%B5es.>

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA-MG - 184.609/0



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

O Recorrente insurge-se contra a habilitação da Licitante Seval, sustentando que o atestado de capacidade técnica da Recorrida não atende ao item 26.8 do Edital, uma vez que é apresentado atestado somente do profissional RT e não da empresa licitante, sendo que esse documento não comprova a execução de piso de borracha por parte a empresa, mas somente a execução por seu Responsável Técnico.

Sustenta, ainda, que a empresa Seval e não apenas seu corpo técnico devem ter a comprovação e aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Diante do exposto, requer que seja inabilitada a empresa Seval Construções Ltda, tendo em vista o suposto descumprimento de cláusulas do Edital. Entretanto, não assiste qualquer razão à Recorrente.

Vejamos o que disciplina o Edital quanto à capacidade técnica operacional:

26.8 – Capacitação Técnico-operacional:

26.9 – A capacitação técnica operacional da licitante será comprovada mediante a apresentação de atestado (s) fornecido (s) por pessoa (s) jurídica (s) de direito público ou privado identificada, devidamente registrado (s) na (s) entidade (s) profissional (is) competente (s), em nome da licitante/RT, em papel timbrado, constando o endereço do contratante, ou ser informado pelo licitante de forma a permitir possível diligência, que comprove(m) a aptidão da licitante para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos semelhantes ao objeto deste Edital;

26.10 - A licitante deverá comprovar a execução dos serviços descritos, na Planilha Orçamentária e destacados no subitem 26.3, os quais se referem às parcelas de maior relevância e valor significativo da obra, conforme estabelece o art. 30, II, da Lei 8666/1993;

Vinicius Ferreira de Meneses
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG-184.689/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

26.11 - No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

O que pretende a Recorrente é que seja julgado irregular o atestado de capacidade técnica apresentado pela Licitante Seval Construções Ltda, ao argumento de que o atestado de qualificação técnica não atende ao item 26.8 do Edital, uma vez que foi apresentado atestado somente do profissional RT, e não da empresa licitante; aduz, assim, que esse documento não comprova a execução de piso de borracha por parte da empresa, mas somente a execução por seu responsável técnico.

De início, há que se realizar a diferenciação entre atestado de capacidade técnica profissional e atestado de capacidade técnico-operacional. A qualificação técnico-profissional relaciona-se ao profissional que atua naquela empresa licitante, referenciando especificamente o profissional detentor do respectivo atestado.

Já a qualificação técnico-operacional corresponde à capacidade da empresa, referindo-se a aspectos típicos da estrutura organizacional da licitante, como instalações, equipamentos e equipe.

A Lei 8.666/93, em seu art. 30, II, trata da qualificação técnico-operacional:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

[...]

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade, prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como

Vinicius Pereira de Melo
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CPF: 000.000.000-00



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG

Procuradoria Geral do Município

da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

A qualificação técnico-profissional encontra-se disposta no art. 30, § 1º, I, da Lei 8.666/93:

Art. 30. [...]

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I – capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos.
[...]

Dessa forma, a capacidade técnica-operacional diz respeito à demonstração de que a licitante possui mão de obra necessária ao desempenho de determinada atividade e que essa mão de obra possui vínculo com sua empresa.

A comprovação da qualificação técnico-operacional consiste na demonstração de aptidão, pela empresa proponente, para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, indicação das instalações, do aparelhamento e do

Vinicius Pereira da Silva
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

peçoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

Assim, quanto ao tema, a jurisprudência dos Tribunais de Contas acerca de capacidade técnica-operacional leciona que a exigência de experiência em execução de obra tem como objetivo garantir que as futuras contratadas da Administração Pública tenham capacidade operacional de executar adequadamente o objeto. Isto é, elas devem dispor de capacidade gerencial de operacionalização integral do empreendimento, de modo a adimplir o objeto.

Veja que, em relação ao atestado referir-se à pessoa do profissional, assim determinou o Edital:

26.8 - Capacitação Técnico-operacional:

26.11 - No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

Ora, pela análise dos atestados de capacidade técnica, é evidente que restou demonstrada a execução dos serviços pelos profissionais que compõem os quadros da Recorrida, uma vez que foi exigida a comprovação técnica de “execução de obra de Piso de Borracha Reciclável Monolítico”.

Contudo, observando-se a Resolução nº 1.025/2009 do CONFEA, verifica-se que o Edital encontra-se equivocado quanto às comprovações de qualificação técnica, uma vez que o art. 55 proíbe a emissão de atestado de capacidade técnica em nome de pessoa jurídica.

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.608/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

Art. 55. É vedada a emissão de CAT em nome da pessoa jurídica.

Parágrafo único. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver a ela vinculado como integrante de seu quadro técnico.

Já o art. 48 da mesma Resolução assim estabelece:

Art. 48. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Parágrafo único. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica varia em função da alteração dos acervos técnicos dos profissionais integrantes de seu quadro técnico.

Assim, no caso de serviços de engenharia o Edital deve apenas exigir o atestado de capacidade técnica em nome dos responsáveis técnicos da licitante (capacidade técnico-profissional), uma vez que o CONFEA por intermédio da Resolução 317/86 dispõe:

Art. 1º Considera-se Acervo Técnico do profissional toda a experiência por ele adquirida ao longo de sua vida profissional, compatível com as suas atribuições, desde que anotada a respectiva responsabilidade técnica nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 4º O Acervo Técnico de uma pessoa jurídica é representado pelos Acervos Técnicos dos profissionais do seu quadro técnico e de seus consultores técnicos devidamente contratados.

Assim, a apresentação de atestado de capacidade técnica pela Recorrida, que demonstra a execução de serviço de Piso de Borracha Reciclável Monolítico, por certo que comprova as exigências lançadas no Edital, mesmo porque trata-se de atividade pertinente e similar à exigida no Edital, sendo o pedido de sua inabilitação totalmente incabível.

Vinicius Pereira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG 184.609/O-0



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

Dessa forma, claro é que o julgamento da Comissão de Licitação levou em conta a similaridade/pertinência dos serviços demonstrados nos atestados de capacidade técnica apresentados pela Recorrente, com as exigências do Edital, tendo, inclusive, realizado exigência operacional não pertinente à qualificação operacional, mas sim profissional, indo de encontro ao que determina a legislação quanto à emissão de atestados de capacidade técnica, que fora demonstrado pela Licitante através do certificado do profissional constante de seus quadros de funcionários/colaboradores.

Portanto, razão não assiste ao Recorrente, devendo ser mantida a habilitação da Seval Construtora Ltda, uma vez cumpridas as exigências editalícias mediante a apresentação de documento que comprova sua qualificação técnica e dos profissionais que compõem seu quadro de pessoal.

IV CONCLUSÃO

Por todo o exposto, a Procuradoria Geral do Município opina:

- a) pelo conhecimento do Recurso contra habilitação/inabilitação apresentado por Construtora Queiroz Parreira LTDA;
- b) no mérito, pelo total improvimento do Recurso, conforme razões expostas neste Parecer, que demonstra as razões para inabilitação da Recorrente Construtora Queiroz Parreira LTDA e para a manutenção da decisão que habilitou a Licitante Seval Construtora LTDA.


É o entendimento, salvo melhor juízo.

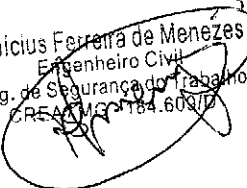
Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA / MG - 384.609/D



PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG
Procuradoria Geral do Município

Sendo assim, tendo em vista o cumprimento do presente,
encaminhamos os autos à Comissão de Licitação para apreciação do Parecer
Jurídico exarado.


IOLANDA GOMES SUNAHARA
Procuradora Geral do Município
OAB/MG 175.960


Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG 184.609/D



Prefeitura Municipal de Monte Carmelo

Secretaria Municipal de Fazenda

Setor de Licitações

TERMO DE DECISÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Processo nº: 21/2022

Modalidade: Tomada de Preços nº 03/2022

Edital nº: 03/2022

Tipo: Menor Preço

Critério de Julgamento: Valor Global

1. OBJETO:

Refere-se à Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Engenharia para Construção da Casa Lar, solicitado pela Secretaria Municipal de Inclusão Social de Monte Carmelo – MG.

2. CONSIDERANDO QUE:

De acordo com o Recurso Administrativo apresentado pela Construtora Queiroz Parreira Ltda, contra sua inabilitação e a habilitação da licitante Seval Construções Ltda.

Diante do exposto, no Parecer Jurídico sobre o Recurso impetrado pela Construtora Queiroz Ltda, e conforme razões expostas no Parecer, demonstra-se improvimento do Recurso impetrado pela Construtora Queiroz Ltda e pela manutenção da decisão que habilitou a Licitante Seval Construtora Ltda.

3. DECISÃO:

Sendo assim, conforme Parecer Jurídico com os devidos esclarecimentos, decide-se por manter a inabilitação da Construtora Queiroz Ltda e a manutenção da habilitação da Seval Construtora Ltda, que cumpriu todas as exigências do edital.

Monte Carmelo, 13 de maio de 2022.


ISCLERIS WAGNER GONÇALVES MACHADO

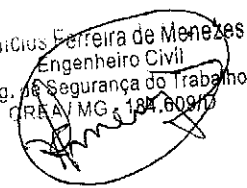
Presidente da CPL


DANIEL IZAIAS ALVES

Membro


CAMILA SOUSA FERREIRA

Secretária


Vinícius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG 134.609/17

PROCURAÇÃO

VINICIUS FERREIRA DE MENEZES - ME, CNPJ Nº 34.985.532/0001-47, com sede na Avenida dos Mundins, 407, sala mesa 01, Centro na cidade de Monte Carmelo – MG, neste ato representada por seu proprietário Engº Vinicius Ferreira de Menezes, CPF nº 100.156.996-25, nomeia e constitui seu bastante procurador o advogado LEOCARLOS DIAS FRANÇA, brasileiro, casado, com inscrição na OAB/MG nº 151.371, residente e domiciliado em Monte Carmelo/MG, com escritório profissional na Rua Cel. Virgílio Rosa, n. 772, Bairro Vila Nova, Monte Carmelo – MG, a quem confere poderes gerais para o foro, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final julgamento, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda, poderes especiais para receber citação, concordar, discordar, desistir, transigir, receber e dar quitação de qualquer valor, firmar compromissos, para quaisquer processos ou simples procedimentos, em que o Outorgante seja parte como Autor, Réu, Assistente, Opoente – defender-lhe os direitos e interesses, podendo para tanto, intentar ou contestar ações, reconvir, interpor exceções, incidentes processuais, impugnações, juntar informações, produzir toda e qualquer prova lícita, participar de audiências, recorrer, contrarrazoar recursos, com poderes especiais para ainda para representar a empresa perante Prefeitura Municipal de Monte Carmelo, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em qualquer procedimento administrativo de interesse da empresa, incluindo tudo que envolver a licitação Processo. Nº 108/2022 Tomada de Preços nº 06/2022, e usar de todos os recursos em direito permitidos, incluindo peticionar, apresentar defesa, recurso, ter vista dos autos, representar em audiências e reuniões, fazer requerimentos, sem limite de atuação podendo ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reservas de iguais poderes. Enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso-----

Monte Carmelo – MG, 08 de setembro de 2022


VINICIUS FERREIRA DE MENEZES - ME

Vinicius Ferreira de Menezes
Engenheiro Civil
Eng. de Segurança do Trabalho
CREA/MG - 184.609/D